



# RTN 2021

Janeiro

Publicado em  
25/02/2021

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional

# Resultado do Tesouro Nacional

# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central  
Brasil – 2020/2021 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Janeiro		Variação (2021/2020)	
	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	173.967	181.804	4,5%	-0,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	22.268	26.511	19,1%	13,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	151.699	155.293	2,4%	-2,1%
IV. DESPESA TOTAL	107.566	112.073	4,2%	-0,4%
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)</b>	<b>44.133</b>	<b>43.219</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-6,3%</b>
Tesouro Nacional e Banco Central	59.529	61.692	3,6%	-0,9%
Previdência Social (RGPS)	-15.396	-18.472	20,0%	14,7%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	7,1%	6,8%	-	-

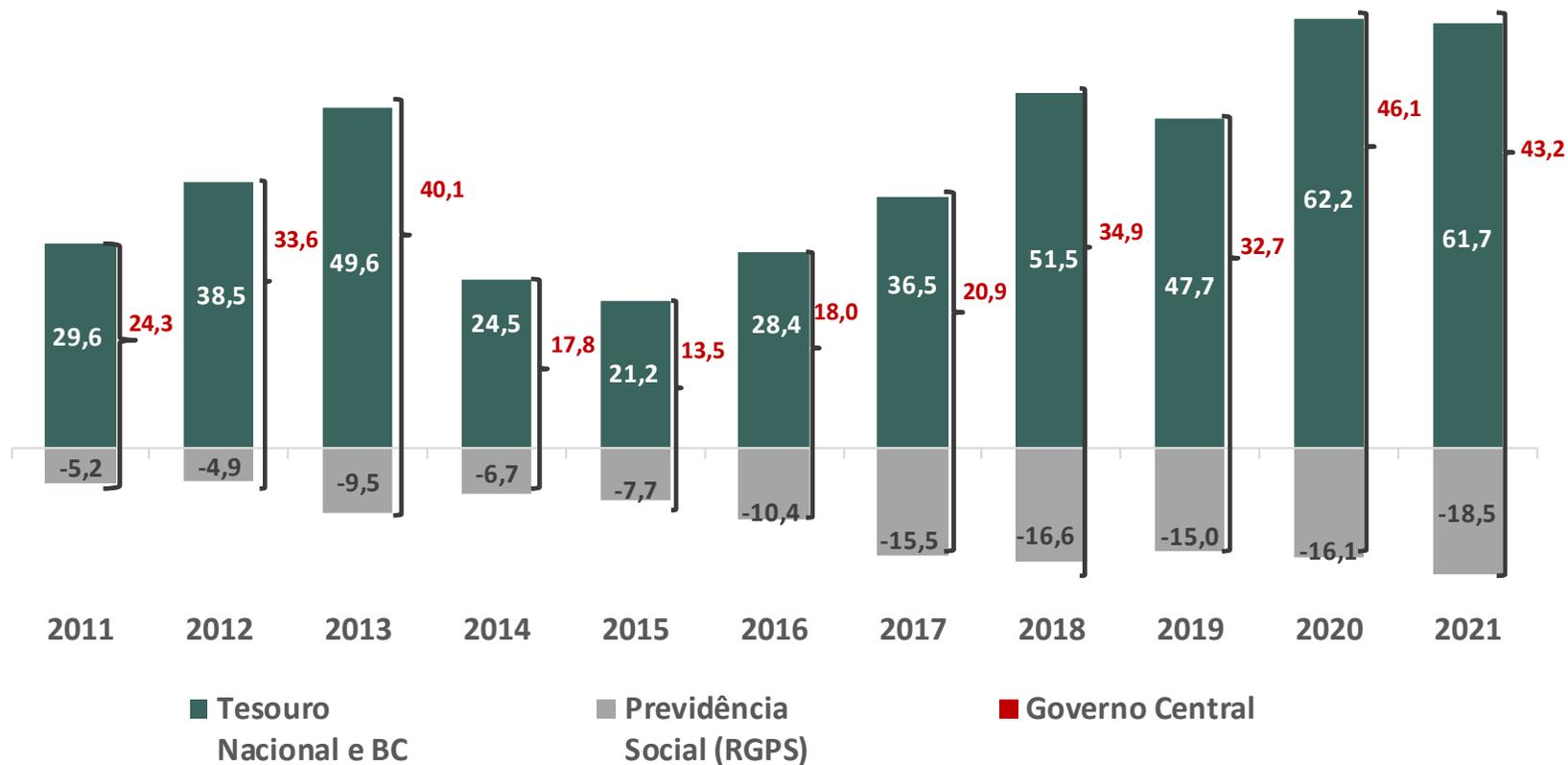
## Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	59.722	61.906	3,7%	-0,9%
Resultado do Banco Central	-193	-215	11,3%	6,5%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-15.396	-18.472	20,0%	14,7%

Em **janeiro de 2021**, houve **superávit primário de R\$ 43,2 bilhões**, frente a superávit de **R\$ 44,1 bilhões em janeiro de 2020** (valores nominais).

# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes  
Brasil – 2011/2021 – R\$ Bilhões – A preços de jan/21 – IPCA



Em janeiro de 2021, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 18,5 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R\$ 61,7 bilhões**.

# Resultado Fiscal do Governo Central

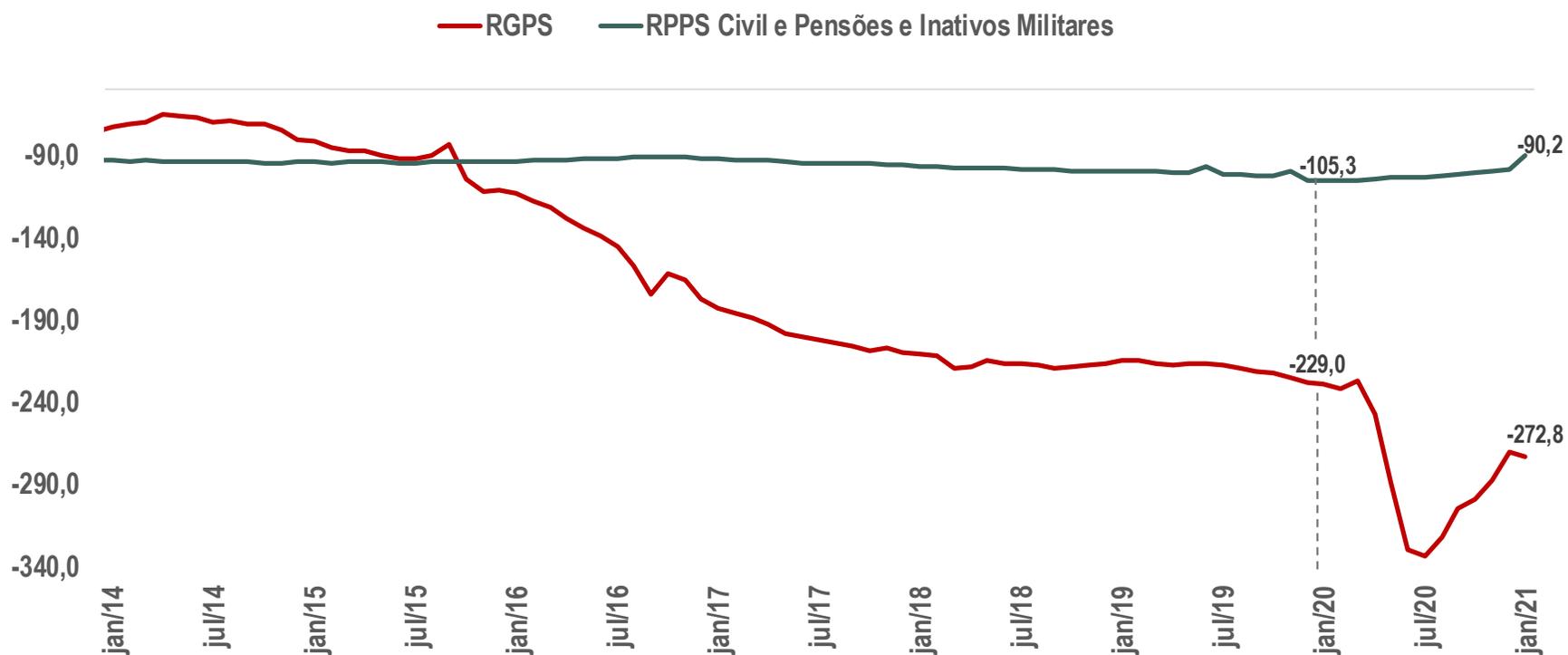
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses  
 Brasil – 2012/2021 – R\$ Bilhões – A preços de jan/21– IPCA



O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até jan/2021) foi de **déficit de R\$ 776,4 bi**, equivalente a **10,0% do PIB**.

# Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares\* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2021 – R\$ Bilhões – A preços de jan/21- IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 363,0 bilhões (4,9% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até janeiro de 2021, a preços de jan/2021 – IPCA.

A elevação do déficit do RGPS entre jan/20 e jan/21 em R\$ 43,9 bi deveu-se ao efeito conjunto da elevação em R\$ 19,1 bi dos benefícios previdenciários e redução de R\$ 24,7 bi da arrecadação líquida do RGPS.

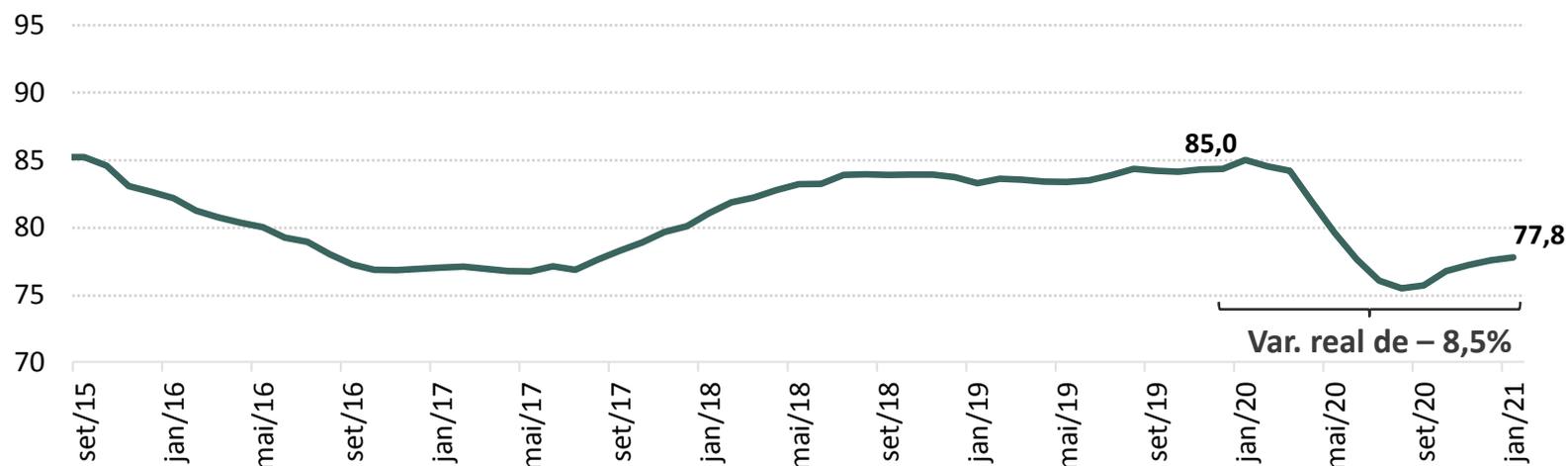
\* Inclui FCDF.

# Receitas do Governo Central

## Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

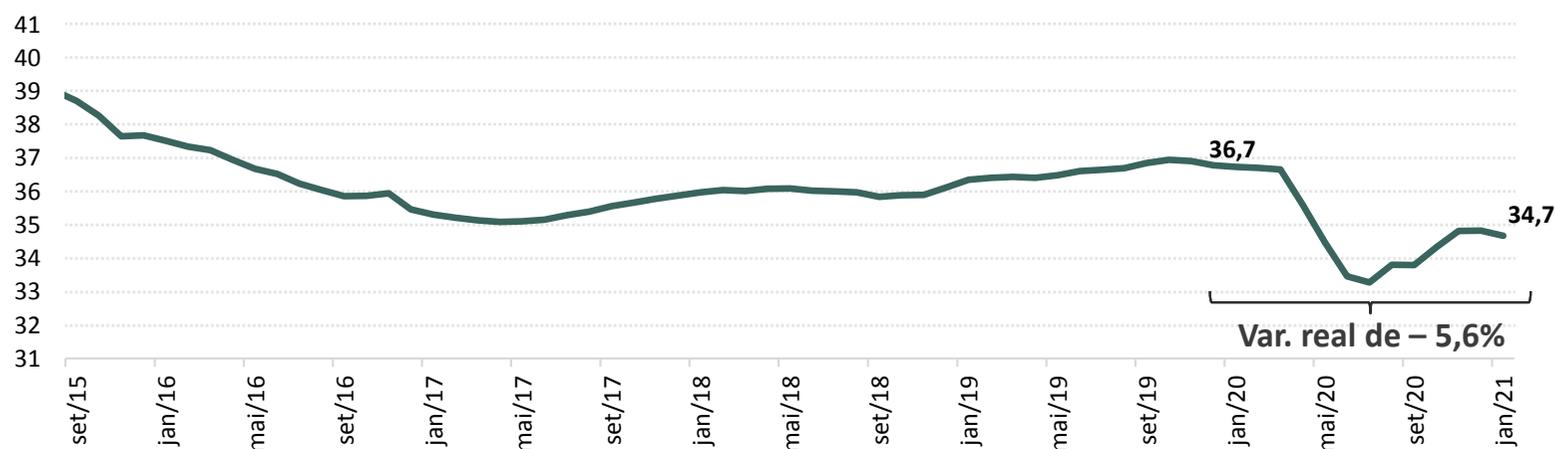
Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de jan/21- IPCA

*Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação*



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou **redução real de 8,5%** em relação a janeiro de 2020, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** caiu **5,6%** para o mesmo período.

*Arrecadação Líquida para o RGPS*



A dinâmica recente da arrecadação foi afetada pelo impacto sobre a atividade e diferimentos decorrentes da pandemia COVID-19.

# Receitas do Governo Central

## Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2020/2021 – A preços de jan/21- IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	181.898,7	181.803,8	-94,9	-0,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	126.885,0	129.432,8	2.547,8	2,0%
Imposto de Importação	4.272,5	4.977,0	704,4	16,5%
IPI	4.314,9	5.484,5	1.169,6	27,1%
Imposto de Renda	62.854,4	64.641,7	1.787,3	2,8%
IOF	3.360,2	2.218,6	-1.141,6	-34,0%
COFINS	24.302,5	24.061,3	-241,2	-1,0%
PIS/PASEP	6.812,6	6.819,2	6,6	0,1%
CSLL	18.231,5	18.695,0	463,4	2,5%
CIDE Combustíveis	232,2	38,2	-194,0	-83,6%
Outras	2.504,3	2.497,5	-6,8	-0,3%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	34.545,7	32.663,3	-1.882,4	-5,4%
Urbana	33.826,6	31.941,5	-1.885,1	-5,6%
Rural	719,2	721,9	2,7	0,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	20.467,9	19.707,7	-760,2	-3,7%
Concessões e Permissões	492,0	592,0	100,0	20,3%
Dividendos e Participações	-33,8	0,0	33,8	-
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.106,2	1.353,8	247,5	22,4%
Exploração de Recursos Naturais	11.849,0	9.048,0	-2.800,9	-23,6%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.321,8	1.375,5	53,6	4,1%
Contribuição do Salário Educação	2.070,7	1.958,6	-112,1	-5,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Demais Receitas	3.662,0	5.379,8	1.717,9	46,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	23.283,6	26.511,2	3.227,6	13,9%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II)	158.615,1	155.292,7	-3.322,5	-2,1%

Em janeiro de 2021, a receita total apresentou **redução de R\$ 94,9 milhões (-0,1%) em termos reais**, frente a janeiro de 2020.

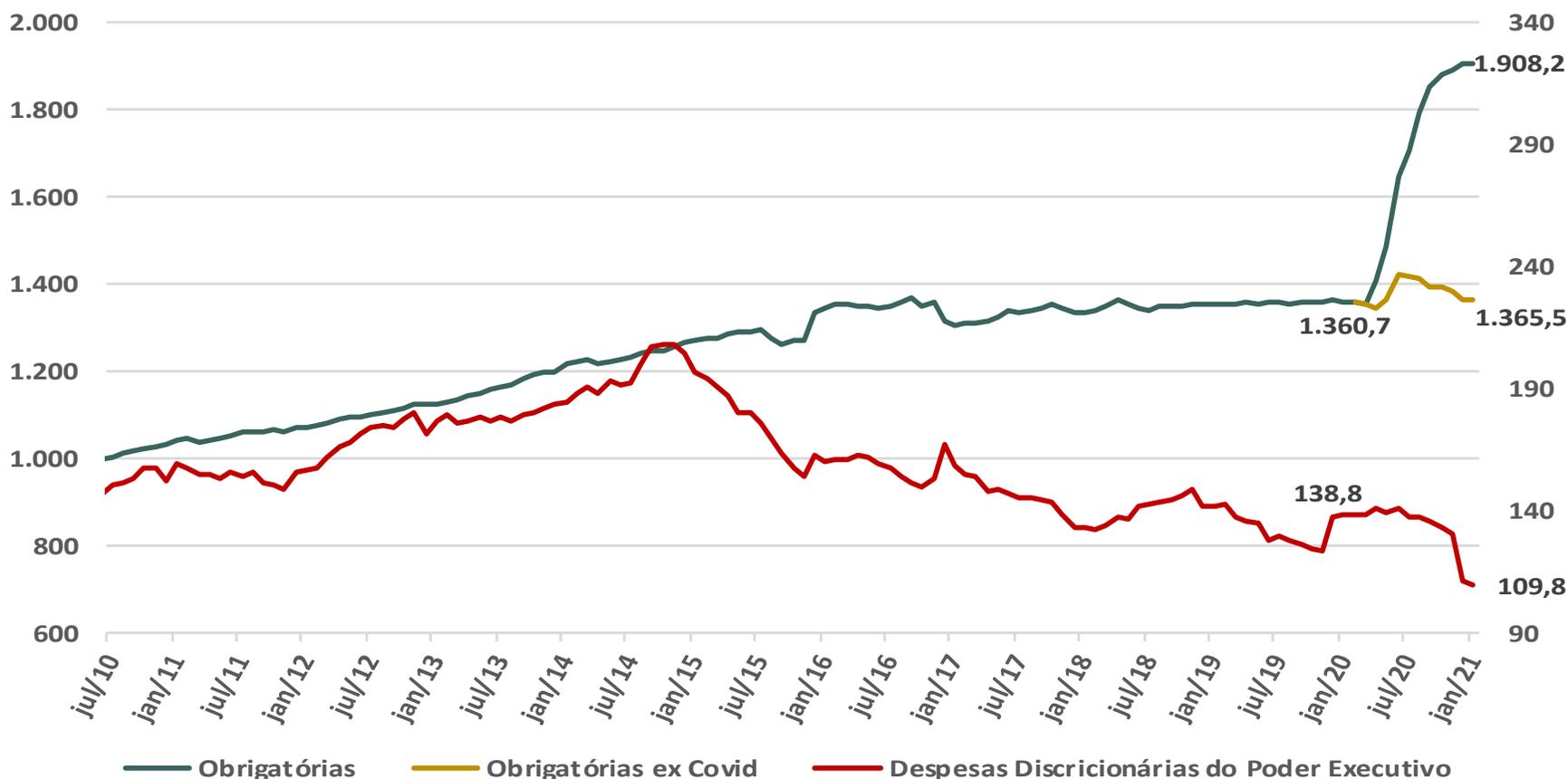
Explica essa variação o efeito conjunto da:

- elevação de R\$ 2,5 bilhões na rec. Administrada pela RFB;
- redução de R\$ 1,9 bilhão na arrecadação líquida para o RGP e
- Redução de R\$ 760,2 milhões nas rec. não administradas.

**Nas receitas não administradas pela RFB, a redução das receitas com explorações de recursos naturais (-R\$ 2,8 bilhões) foi parcialmente compensada pela elevação nas demais receitas (R\$ 1,7 bilhão).**

# Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central\* – Acumulado 12 meses  
 Brasil - 2010 a 2021: R\$ Bilhões – A preços de jan/21- IPCA



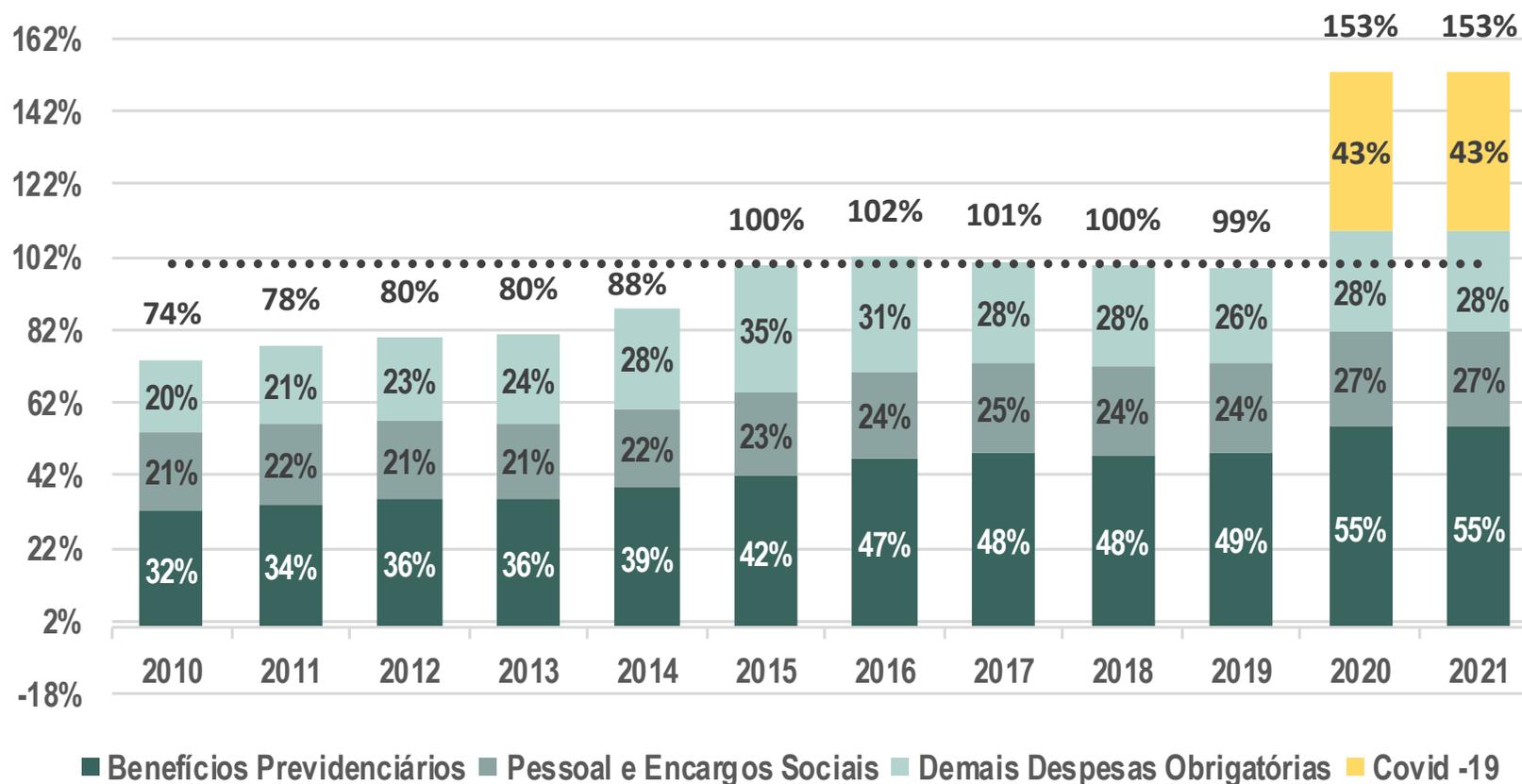
Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os **R\$ 542,7 bilhões** de despesas em resposta à crise COVID-19, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses apresentam trajetória estável.

\* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento a Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019;

# Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias\* como proporção da Receita Líquida\*\* – Brasil  
2010 a 2020: Anual; 2021: Acumulado em 12 meses até janeiro



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

O crescimento dos percentuais de 2020 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à COVID-19 e à forte queda da arrecadação.

\*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

\*\* Exclui as receitas da cessão onerosa.

# Despesas do Governo Central

## Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de jan/21- IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	112.470,0	112.073,2	-396,8	-0,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	50.643,6	51.135,5	491,9	1,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	40.126,2	40.482,2	356,0	0,9%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	628,3	630,6	2,3	0,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	10.517,4	10.653,4	136,0	1,3%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	165,7	165,9	0,3	0,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.007,4	26.997,8	-1.009,6	-3,6%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	137,1	135,1	-2,0	-1,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	19.770,5	21.144,8	1.374,4	7,0%
Abono e Seguro Desemprego	6.045,6	5.571,6	-474,0	-7,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.269,7	5.405,0	135,3	2,6%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
<b>Créditos Extraordinários (exceto PAC)</b>	<b>72,9</b>	<b>1.950,9</b>	<b>1.877,9</b>	<b>-</b>
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	652,5	443,1	-209,3	-32,1%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	3.544,9	3.269,4	-275,5	-7,8%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	669,4	502,0	-167,4	-25,0%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	868,5	868,5	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	178,5	245,1	66,6	37,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	3.036,6	2.004,2	-1.032,4	-34,0%
Impacto Primário do FIES	116,8	607,0	490,1	419,5%
Demais	183,6	278,1	94,5	51,5%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	14.048,5	12.795,0	-1.253,6	-8,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	8.730,3	9.392,9	662,6	7,6%
Discricionárias	5.318,2	3.402,0	-1.916,2	-36,0%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	19.334,7	20.334,6	999,9	5,2%
Outras Despesas de Custeio	17.555,9	19.478,3	1.922,4	11,0%
Outras Despesas de Capital	1.778,8	856,3	-922,5	-51,9%

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em janeiro de 2021 contra mesmo período de 2020, a **despesa total apresentou redução de R\$ 396,8 milhões (-0,4 %) em termos reais.**

Explicam a **relativa estabilidade da despesa** os seguintes movimentos:

- - R\$ 1,0 bilhão em Pessoal e Encargos Sociais;
- + R\$ 1,9 bilhão em Créditos Extraordinários (exceto PAC);
- + R\$ 868,5 milhões em Lei Kandir / LC nº 176 de 2020
- - R\$ 1,0 bilhão em Subsídios, Subvenções e Proagro; e
- - R\$ 1,9 bilhão em discricionárias.

# Despesas do Governo Central

## relacionadas ao combate ao COVID-19<sup>1,2</sup> apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R\$ Milhões

### Tabela de Acompanhamento de Despesas COVID-19

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 apurados pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal

R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	fev-set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	Total
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	<b>439.984,9</b>	<b>28.931,0</b>	<b>18.487,1</b>	<b>33.538,2</b>	<b>2.023,4</b>	<b>522.964,6</b>
<b>II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil</b>	<b>101,6</b>	<b>10,1</b>	<b>52,4</b>	<b>79,7</b>	<b>69,1</b>	<b>312,8</b>
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	101,6	10,1	52,4	79,7	69,1	312,8
<b>II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados</b>	<b>74.507,0</b>	<b>3.616,7</b>	<b>122,9</b>	<b>0,4</b>	<b>0,0</b>	<b>78.247,0</b>
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	74.507,0	3.616,7	122,9	0,4	0,0	78.247,0
<b>II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)</b>	<b>342.373,6</b>	<b>31.398,5</b>	<b>22.045,8</b>	<b>33.226,3</b>	<b>1.944,2</b>	<b>430.988,4</b>
Ampliação do Programa Bolsa Família	369,3	0,0	0,0	0,0	0,0	369,3
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	236.936,3	21.044,9	17.794,7	17.329,5	279,1	293.384,6
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	25.649,6	3.101,1	2.537,4	2.209,4	346,0	33.843,4
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	35.234,4	1.421,6	1.705,6	3.398,8	1.243,2	43.003,6
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	42.900,0	5.000,0	-	10.193,2	-	58.093,2
Aquisição de Vacinas	1.284,0	830,9	8,1	95,4	75,9	2.294,3
<b>II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções</b>	<b>22.000,0</b>	<b>-6.116,2</b>	<b>-4.077,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11.806,8</b>
Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE	17.000,0	-6.116,2	-4.077,0	0,0	0,0	6.806,8
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	5.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.000,0
<b>II.3.21 - Transferências Multas ANEEL</b>	<b>900,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>900,0</b>
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0
<b>II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores público</b>	<b>42,3</b>	<b>3,3</b>	<b>310,1</b>	<b>140,1</b>	<b>0,8</b>	<b>496,5</b>
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	42,3	3,3	310,1	140,1	0,8	496,5
<b>II.4.2 - Discricionárias</b>	<b>60,4</b>	<b>18,6</b>	<b>32,9</b>	<b>91,7</b>	<b>9,4</b>	<b>213,0</b>
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	60,4	18,6	32,9	91,7	9,4	213,0
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>574,5</b>	<b>195,9</b>	<b>653,3</b>	<b>1.653,6</b>	<b>125,0</b>	<b>3.202,3</b>
<b>DESPESAS TOTAIS "COVID-19"</b>	<b>440.559,3</b>	<b>29.126,9</b>	<b>19.140,4</b>	<b>35.191,8</b>	<b>2.148,4</b>	<b>526.166,9</b>

Em janeiro de 2021, as despesas primárias em resposta à crise COVID-19 totalizaram R\$ 2,0 bilhões.

As principais despesas foram (i) auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade, (ii) benefício emergencial de manutenção do emprego e renda e (iii) despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios.

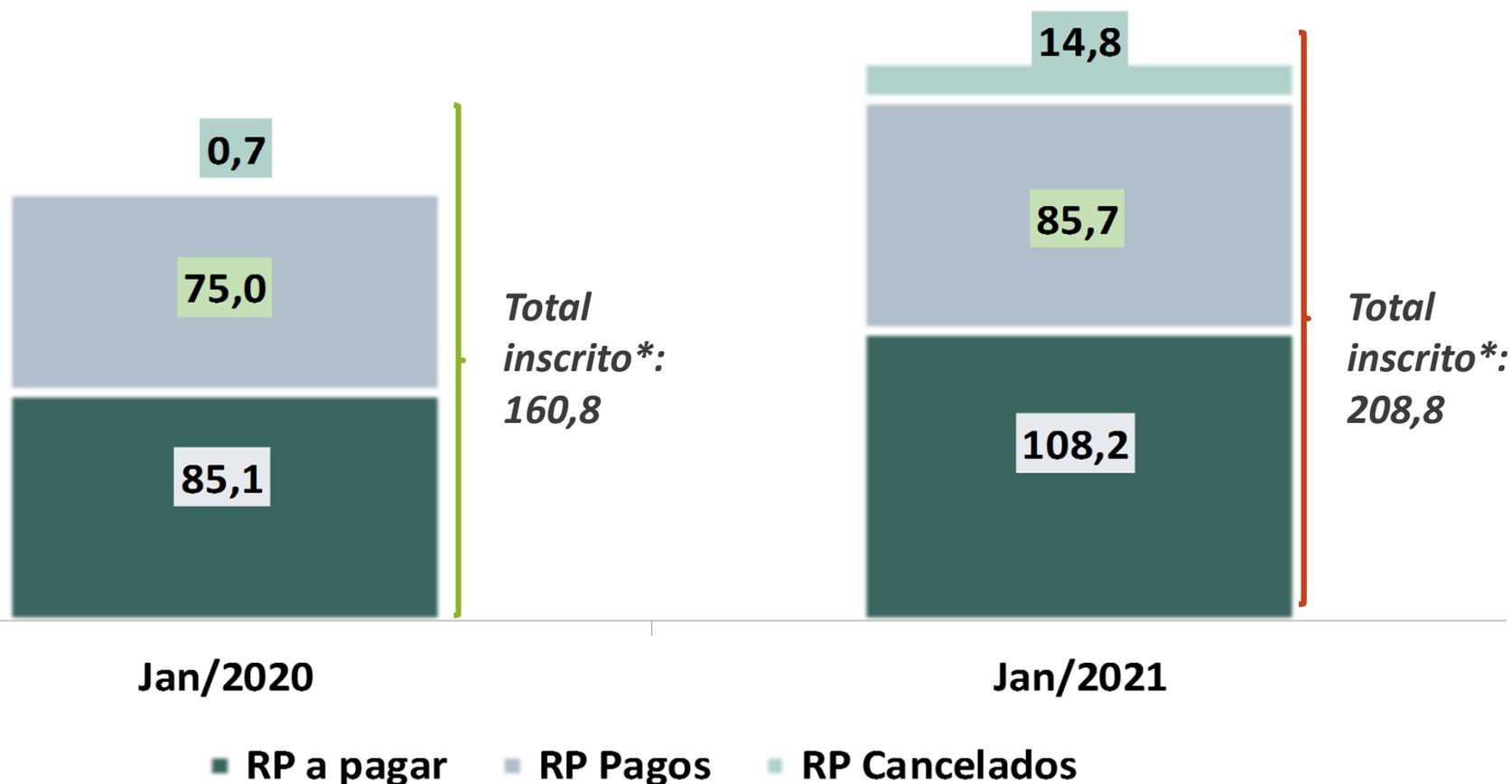
No acumulado até janeiro, as despesas primárias em resposta à crise COVID-19 totalizaram R\$ 523,0 bilhões.

1. Antecipações de despesas como o 13º relativo aos benefícios previdenciários, por exemplo, não estão incluídos nessa apuração.
2. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e [https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)

# Despesas do Governo Central

## Execução de Restos a Pagar\*

Brasil – 2020/2021 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) em janeiro de 2021 correspondeu a **R\$ 85,7 bilhões**, contra **R\$ 75,0 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

O **cancelamento** no mês de janeiro de 2021 totalizou **R\$ 14,9 bilhões** frente a **R\$ 726,1 milhões** em janeiro de 2020.

\* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2021/114>

# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



### Pagamento total em 2020

✓ R\$ 1.402.818.174.499,93

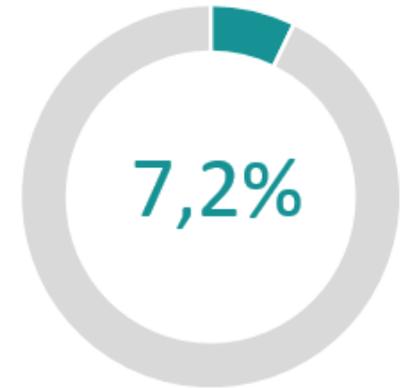
### Limite Para 2021

⚠ R\$ 1.485.936.445.066,36

### Pagamento acumulado em 2021

✓ R\$ 107.301.074.724,34

### % do teto atingido



### Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2021 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2021	PLOA 2021 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	107.301	1.485.936	7,2%
II.1 Poder Executivo	101.539	1.421.604	7,1%
II.2 Poder Legislativo	1.001	12.837	7,8%
II.2.1 Câmara dos Deputados	495	6.166	8,0%
II.2.2 Senado Federal	336	4.539	7,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	169	2.133	7,9%
II.3 Poder Judiciário <sup>2</sup>	4.067	44.189	9,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	53	660	8,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	136	1.550	8,7%
II.3.3 Justiça Federal	1.150	11.436	10,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	37	557	6,7%
II.3.5 Justiça Eleitoral	655	7.536	8,7%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.748	19.495	9,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	276	2.754	10,0%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	11	201	5,5%
II.4. Defensoria Pública da União	37	559	6,6%
II.5 Ministério Público da União	658	6.747	9,8%
II.5.1 Ministério Público da União <sup>1, 3</sup>	652	6.661	9,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público <sup>1</sup>	6	86	7,1%

As despesas sujeitas ao teto totalizaram 7,2% do limite estabelecido no PLOA 2021.

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020 e o acréscimo de R\$ 61,7 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 166,8 milhões para 2020 e de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Janeiro		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2020 (a)	2021 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	103.608	107.301	3,6%	5,9%
II.1 Poder Executivo	97.694	101.539	3,9%	6,0%
II.2 Poder Legislativo	1.031	1.001	-3,0%	10,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	499	495	-0,8%	12,3%
II.2.2 Senado Federal	359	336	-6,4%	9,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	172	169	-2,0%	8,3%
II.3 Poder Judiciário <sup>2</sup>	4.152	4.067	-2,0%	3,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	53	53	0,0%	4,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	134	136	1,4%	8,5%
II.3.3 Justiça Federal	1.116	1.150	3,1%	4,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	37	37	0,0%	5,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	644	655	1,7%	6,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.882	1.748	-7,1%	2,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	269	276	2,9%	2,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	18	11	-37,5%	2,1%
II.4. Defensoria Pública da União	39	37	-5,3%	13,2%
II.5 Ministério Público da União	692	658	-4,9%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União <sup>1,3</sup>	686	652	-4,9%	-0,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público <sup>1</sup>	6	6	-4,3%	3,3%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020 e o acréscimo de R\$ 61,7 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 166,8 milhões para 2020 e de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2021, na comparação com a despesa paga em 2020, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

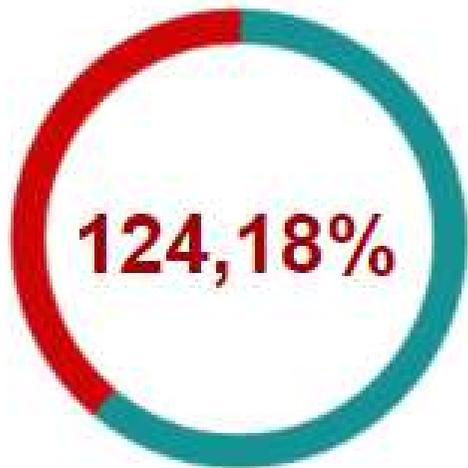
Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2020 para 2021 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

# Regra de Ouro\*

## Art. 167 da Constituição Federal

 Selecione o mês  
 de referência

jan/21

 % da despesa coberta com  
 receita considerada

 Margem de suficiência  
 dos últimos 12 meses  
 (em bilhões)

**R\$ -318,18**

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$).

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
<b>Despesas de Capital</b>	<b>222,89</b>	<b>222,89</b>	<b>1.315,63</b>
<b>Receita Considerada</b>	<b>266,39</b>	<b>266,39</b>	<b>1.633,80</b>
Receitas de Operações de Crédito	185,24	185,24	1.741,34
(-) Variação do colchão da dívida	-81,15	-81,15	107,54
<b>Resultado</b>	<b>-43,50</b>	<b>-43,50</b>	<b>-318,18</b>
* <b>Ressalva Constitucional</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

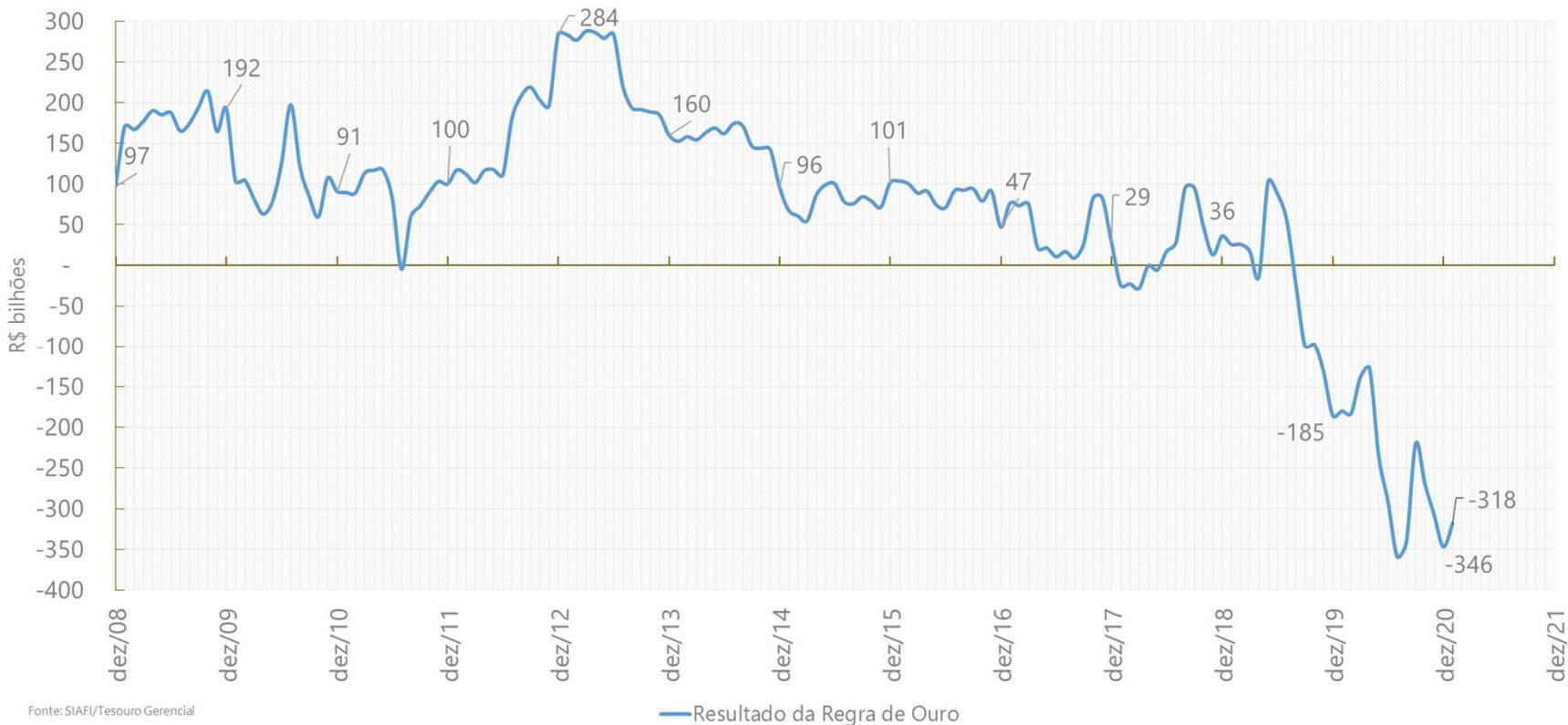
\* Foi requerido, no PLOA 2021, ressalva constitucional de R\$ 453,7 bilhões pendente ainda de deliberação pelo Congresso Nacional.

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)  
2008 a 2021: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

No acumulado em 12 meses até janeiro/2021, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 318,2 bilhões**.

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em bases anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro 2021 – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Contas	2021	
	Sem superávit financeiro e recursos extraordinários*	Com superávit financeiro e recursos extraordinários*
Despesas de Capital (I) <sup>‡</sup>	1.772,6	1.772,6
Investimentos <sup>†</sup>	25,9	25,9
Inversões Financeiras <sup>†</sup>	68,2	68,2
Amortizações	1.678,5	1.678,5
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b)	2.221,6	1.965,2
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	2.182,8	2.182,8
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-38,9	217,5
<b>Margem da Regra de Ouro (III = I - II)</b>	<b>-449,1</b>	<b>-192,7</b>

\* Previsão de superávit financeiro de exercícios anteriores a ser utilizado no pagamento de despesas neste exercício (detalhamento abaixo).

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

Previsão de superávit financeiro e recursos extraordinários	
52 - Resultado Banco Central	197,7
outras fontes do superávit financeiro**	20,7
Recebimento antecipado BNDES	38,0
<b>Total</b>	<b>256,4</b>

\*\* 97 - Dividendos; 73 - Operações de Crédito - Estados e Municípios; 59 - Operações de Crédito - inst financeiras; e outros.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2021 apontam para a necessidade de aprovação de crédito suplementar que autorize a realização das operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, conforme o dispositivo constitucional.

A utilização de fontes superavitárias como o resultado do Banco Central, entre outras, bem como o retorno antecipado de recursos do BNDES, reduzem a insuficiência.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

# Aperfeiçoamentos Metodológicos

## Nova Estrutura das Séries do RTN

A partir de março de 2021 as **séries do RTN** assumem **nova estrutura**.

Na divulgação presente as séries serão publicadas no seu formato antigo e novo de maneira a facilitar a transição para os usuários das estatísticas.

As modificações incluem:

- Série de **investimento** por função e por **natureza da despesa**.
- Série acumulada em 12 meses.
- **Tabela analítica** com métricas de **comparações** mensal, acumulado no ano e acumulado em 12 meses (real e nominal).

# Aperfeiçoamentos Metodológicos

## Nova Estrutura das Séries do RTN

### Tabela Analítica – Valores e Variações Seleccionadas

**Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil**  
R\$ Milhões - Valores e Variações Seleccionadas

Discriminação	Janeiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado 12 meses (Jan)		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %
<b>1. RECEITA TOTAL <sup>1/</sup></b>	<b>289.760,6</b>	<b>181.803,8</b>	<b>-107.956,8</b>	<b>-37,3%</b>	<b>-94,9</b>	<b>-59,3%</b>	<b>1.753.327,2</b>	<b>1.517.718,2</b>	<b>-235.609,0</b>	<b>-13,4%</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>192.256,8</b>	<b>129.432,8</b>	<b>-62.824,0</b>	<b>-32,7%</b>	<b>2.547,8</b>	<b>-49,5%</b>	<b>1.020.036,3</b>	<b>933.113,4</b>	<b>-86.922,8</b>	<b>-8,5%</b>
1.1.1 Imposto de Importação	7.355,5	4.977,0	-2.378,6	-32,3%	704,4	-55,7%	46.102,4	48.012,8	1.910,4	4,1%
1.1.2 IPI	8.119,2	5.484,5	-2.634,7	-32,5%	1.169,6	-61,1%	56.074,9	59.727,4	3.652,4	6,5%
1.1.2.1 IPI - Fumo	999,2	583,1	-416,1	-41,6%	30,6	-75,3%	5.703,3	6.220,0	516,7	9,1%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	674,3	281,7	-392,6	-58,2%	-108,1	-100,7%	3.704,9	2.978,7	-726,2	-19,6%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	573,7	368,6	-205,2	-35,8%	-17,8	-53,1%	5.798,7	3.542,8	-2.255,9	-38,9%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	3.206,8	2.359,3	-847,5	-26,4%	531,0	-46,4%	20.462,5	23.213,3	2.750,8	13,4%
1.1.2.5 IPI - Outros	2.665,1	1.891,9	-773,3	-29,0%	733,9	-66,8%	20.405,5	23.772,5	3.367,0	16,5%
1.1.3 Imposto de Renda	90.168,1	64.641,7	-25.526,4	-28,3%	1.787,3	-40,6%	429.207,7	399.449,5	-29.758,2	-6,9%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.989,3	3.450,7	-538,6	-13,5%	1.315,4	-25,2%	42.559,0	44.441,6	1.882,7	4,4%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	41.696,1	34.427,3	-7.268,8	-17,4%	1.953,0	-22,4%	145.436,3	133.215,3	-12.220,9	-8,4%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	44.482,7	26.763,7	-17.719,0	-39,8%	-1.481,1	-62,7%	241.212,5	221.792,6	-19.420,0	-8,1%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	25.269,3	15.551,8	-9.717,5	-38,5%	-168,2	-61,8%	124.341,1	118.617,5	-5.723,6	-4,6%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	8.992,8	4.697,5	-4.295,3	-47,8%	-924,1	-76,4%	60.484,8	49.106,9	-11.377,9	-18,8%
1.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	8.006,1	5.195,7	-2.810,5	-35,1%	-356,0	-50,6%	41.965,3	40.567,5	-1.397,7	-3,3%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.214,5	1.318,8	-895,7	-40,4%	-32,8	-66,3%	14.421,3	13.500,6	-920,7	-6,4%
1.1.4 IOF	7.072,6	2.218,6	-4.854,0	-68,6%	-1.141,6	-144,5%	44.033,1	21.731,3	-22.301,8	-50,6%
1.1.5 Cofins	40.041,2	24.061,3	-15.979,9	-39,9%	-241,2	-65,8%	257.439,7	229.085,9	-28.353,7	-11,0%
1.1.6 PIS/Pasep	11.472,5	6.819,2	-4.653,4	-40,6%	6,6	-68,3%	69.927,4	64.692,9	-5.234,5	-7,5%
1.1.7 CSLL	22.931,0	18.695,0	-4.236,1	-18,5%	463,4	-23,2%	90.111,7	82.642,5	-7.469,2	-8,3%

# Aperfeiçoamentos Metodológicos

## Nova Estrutura das Séries do RTN

*Série anual de Investimento desagregada pela natureza da despesa*

Memorando: Investimento por Natureza da Despesa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>INVESTIMENTO TOTAL (1 + 2 + 3)</b>	<b>77.535,70</b>	<b>55.531,95</b>	<b>64.812,87</b>	<b>45.694,00</b>	<b>53.132,63</b>	<b>56.593,36</b>	<b>104.904,50</b>
<b>1. Investimentos (GND 4) por modalidade de aplicação e elemento</b>	<b>57.214,08</b>	<b>38.950,21</b>	<b>48.051,42</b>	<b>37.854,34</b>	<b>41.296,59</b>	<b>37.820,01</b>	<b>42.020,62</b>
1.1 Aplicações Diretas da União	39.603,41	24.905,28	29.067,18	24.988,80	26.049,74	25.376,07	24.250,23
1.1.1 Obras e instalações	14.564,33	9.984,82	10.151,03	10.008,01	10.145,60	9.091,83	8.799,36
1.1.2 Equipamentos e material permanente	14.279,73	6.859,65	7.380,94	5.970,10	8.228,85	9.167,68	9.112,52
1.1.3 Serviços <sup>4/</sup>	8.868,09	6.178,42	10.063,74	7.414,25	6.510,65	6.243,21	5.370,61
1.1.4 Demais aplicações diretas da União	1.891,26	1.882,40	1.471,48	1.596,44	1.164,63	873,36	967,74
1.2 Transferências a Estados/DF	6.368,45	3.523,07	6.451,62	5.240,24	3.781,59	3.512,91	5.447,89
1.3 Transferências a Municípios	10.163,99	9.638,98	11.301,68	6.689,86	10.831,59	8.167,61	11.584,74
1.4 Outras transferências	1.078,24	882,87	1.230,94	935,45	633,66	763,42	737,76
<b>2. Inversões Financeiras (GND 5) <sup>2/</sup> por Ação <sup>5/</sup></b>	<b>18.878,06</b>	<b>14.686,33</b>	<b>16.267,21</b>	<b>8.265,59</b>	<b>11.201,20</b>	<b>18.773,34</b>	<b>62.883,88</b>
2.1 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Participação da União no Capital)	2.474,34	2.926,75	6.549,50	3.331,93	4.799,21	10.066,21	23,73
2.2 Integralização de Cotas <sup>2/</sup>	15.070,32	9.406,14	8.335,76	3.510,45	5.154,38	5.327,65	60.896,97
2.3 Demais	1.333,40	2.353,44	1.381,96	1.423,21	1.247,61	3.379,48	1.963,18
<b>3. Ajuste de Ordem Bancária <sup>3/</sup></b>	<b>1.443,55</b>	<b>1.895,42</b>	<b>494,24</b>	<b>- 425,93</b>	<b>634,85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A estatística de investimento será apresentada por função com a abertura por GNDs.

Além da desagregação por função, como item de memorando, será apresentado o detalhamento por elemento de despesa (obras e instalações, equipamentos e material permanente, serviços, etc).

# #NossoTesouro

Meu. Seu. De todos os brasileiros.



 **TESOURO NACIONAL**

**MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA**

# Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

RTN  
2021 Resultado do  
Tesouro Nacional

	Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	jan/20	44.133,0	jan/20	44.133,0	jan/12	98.439,2
2º	jan/21	43.219,4	jan/21	43.219,4	jan/13	90.488,9
3º	jan/18	30.842,4	jan/18	30.842,4	jan/11	78.156,1
4º	jan/19	30.030,2	jan/19	30.030,2	jan/08	61.456,6
5º	jan/13	26.122,9	jan/13	26.122,9	jan/09	60.053,7
6º	jan/12	20.621,9	jan/12	20.621,9	jan/14	58.276,3
7º	jan/17	18.004,7	jan/17	18.004,7	jan/07	56.249,5
8º	jan/08	15.362,5	jan/08	15.362,5	jan/05	50.475,9
9º	jan/16	14.688,8	jan/16	14.688,8	jan/10	49.267,4
10º	jan/11	14.073,7	jan/11	14.073,7	jan/06	48.350,6
11º	jan/10	13.808,9	jan/10	13.808,9	jan/04	39.151,7
12º	jan/14	12.240,1	jan/14	12.240,1	jan/03	32.718,8
13º	jan/07	11.556,3	jan/07	11.556,3	jan/02	25.210,5
14º	jan/15	9.988,3	jan/15	9.988,3	jan/01	22.057,9
15º	jan/05	8.377,5	jan/05	8.377,5	jan/00	20.885,1
16º	jan/04	7.243,0	jan/04	7.243,0	jan/99	7.786,1
17º	jan/03	7.171,3	jan/03	7.171,3	jan/98	3.329,2
18º	jan/02	6.029,8	jan/02	6.029,8	jan/15	-25.734,2
19º	jan/06	4.055,0	jan/06	4.055,0	jan/20	-80.962,0
20º	jan/09	3.977,8	jan/09	3.977,8	jan/18	-111.423,8
21º	jan/01	2.556,4	jan/01	2.556,4	jan/16	-115.801,8
22º	jan/00	1.480,7	jan/00	1.480,7	jan/19	-121.033,4
23º	jan/99	759,8	jan/99	759,8	jan/17	-157.959,7
24º	jan/98	550,7	jan/98	550,7	jan/21	-744.088,7
25º	jan/97	-977,7	jan/97	-977,7		

# Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de jan/21

RTN  
2021 Resultado do  
Tesouro Nacional

R\$ Milhões - Valores de Jan/21 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	jan/20	46.145,1	jan/20	46.145,1	jan/12	164.092,1
2º	jan/21	43.219,4	jan/21	43.219,4	jan/13	141.776,7
3º	jan/13	40.078,2	jan/13	40.078,2	jan/11	138.079,7
4º	jan/18	34.869,2	jan/18	34.869,2	jan/08	127.695,5
5º	jan/12	33.585,6	jan/12	33.585,6	jan/07	121.352,8
6º	jan/19	32.715,5	jan/19	32.715,5	jan/05	121.223,9
7º	jan/08	31.182,3	jan/08	31.182,3	jan/09	119.588,7
8º	jan/10	25.319,7	jan/10	25.319,7	jan/06	108.913,9
9º	jan/07	24.526,5	jan/07	24.526,5	jan/04	100.164,4
10º	jan/11	24.346,3	jan/11	24.346,3	jan/03	95.383,7
11º	jan/17	20.936,6	jan/17	20.936,6	jan/10	91.771,3
12º	jan/05	19.355,0	jan/05	19.355,0	jan/14	85.479,3
13º	jan/03	19.167,1	jan/03	19.167,1	jan/02	80.634,9
14º	jan/02	18.447,5	jan/02	18.447,5	jan/00	76.520,6
15º	jan/16	17.995,2	jan/16	17.995,2	jan/01	75.436,4
16º	jan/04	17.973,5	jan/04	17.973,5	jan/99	29.769,8
17º	jan/14	17.785,6	jan/14	17.785,6	jan/98	13.350,5
18º	jan/15	13.546,7	jan/15	13.546,7	jan/15	-36.310,5
19º	jan/06	8.863,2	jan/06	8.863,2	jan/20	-87.475,4
20º	jan/01	8.416,9	jan/01	8.416,9	jan/18	-128.732,1
21º	jan/09	7.628,6	jan/09	7.628,6	jan/19	-134.449,9
22º	jan/00	5.163,8	jan/00	5.163,8	jan/16	-146.248,4
23º	jan/99	2.884,5	jan/99	2.884,5	jan/17	-186.908,4
24º	jan/98	2.125,1	jan/98	2.125,1	jan/21	-776.443,1
25º	jan/97	-3.951,4	jan/97	-3.951,4		